

Editorial

Em 2006 pudemos evocar diversas efemérides significativas no campo da educação, desde o vigésimo aniversário da Lei de Bases do Sistema Educativo, ao centenário da cátedra de Ciências da Educação e Sociologia na Sorbonne, atribuída a Émile Durkheim em 1906, aos cem anos do nascimento de Rómulo de Carvalho/António Gedeão e ao vigésimo aniversário da sua obra *História do Ensino em Portugal*. Evocaram-se igualmente os vinte anos da adesão de Portugal à então CEE. São, por isso, múltiplos os marcos que povoam a memória deste nosso tempo. Destas datas, duas merecem particular menção: 1986, a da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) e 1906, a do nascimento de Rómulo de Carvalho, aquele professor de física que assinou cerca de duas dezenas de textos de Pedagogia e Didáctica; que desenvolveu investigação em História da Educação e História da Ciência; que publicou diversos livros de divulgação científica. Este professor-investigador-poeta-pedagogo-escritor poderá ser proveitosamente revisitado por nós neste tempo em que o conhecimento e a reflexão, que complexificam visões das realidades, se tornaram incómodos para uma acção cujo sentido ameaça tantas vezes esgotar-se na vertigem de um activismo de mudanças anunciadas.

Relativamente à LBSE, vale aqui recordar a dimensão em que nessa Lei se consagra a *escola básica para todos*, expressão que, no nosso país, designou a *escola de massas*, modelo comum e plural partilhado pela Europa, Estados Unidos e outros países *ocidentalizados* desde meados do século XX. Entre nós, no entanto, a sua construção foi tão tardia que veio acompanhada de um nome novo, com ressonâncias ao que, por essa altura, foi o início da longa caminhada das Nações Unidas para alcançar a meta, ainda hoje longínqua, de *educação para todos* proclamada na Declaração de Jomtien em 1990. Pelo nosso lado, quase já esquecemos que os nove anos de escolaridade básica apenas se tornaram obrigatórios para as crianças que iniciaram o ensino básico em 1987 — aqueles que contam agora 26 anos. Tão jovem é ainda a primeira geração que, por desígnio de um projecto societal e vontade política, percorreu nove anos de escolaridade... Concluídos em 1996, ontem, apenas. Contudo, embora se tenha cumprido como instrumento

essencial tornando dificilmente reversível o que dessa forma foi consagrado, a LBSE é, ainda hoje, a promessa imperfeitamente realizada do direito à educação sustentado num sistema público universal.

Por isso, discutir estes 20 anos — mesmo que, hoje, a LBSE se revele um insuficiente quadro jurídico-político regulador e gerador de políticas e práticas para o sistema educativo; mesmo que, hoje, aquelas transbordem largamente, e por vezes indevida e ilegitimamente, os contornos permitidos pelo documento ordenador —, traz de volta à mesa das preocupações a ordem dos projectos e das políticas para o país e para a educação (ou para o nosso país na União Europeia, desta vez tomando cuidado para que a *imaginação do centro* não tolde o olhar que há-de ver-nos entre a Europa, o Atlântico e África). E essa discussão de projectos políticos societais para a educação, hoje, precisa do melhor conhecimento que pudermos construir sobre a educação e o sistema educativo, a não ser que a opção seja agir com base na ignorância.

Procurando responder ao seu projecto editorial a *Revista Portuguesa de Educação* tem assumido de forma inequívoca a missão de contribuir para aquele desígnio; assim, neste último número de 2006, percorremos um conjunto de temáticas e problemáticas que remetem para algumas questões clássicas e ainda em discussão nos campos da investigação e da acção em educação.

"Quando a educação fixa os lugares dos sujeitos" poderia ser uma evocação do ponto de partida de Teresa Esteban para o percurso argumentativo que propõe. Aí a atenção desloca-se para a sala de aula como mundo de (des)ordem — onde o parêntesis indica qual o centro e a margem oficialmente requeridos para esse universo — onde os conceitos, as palavras, as relações e acções se dirigem ao posicionamento dos sujeitos para que nenhuma diferença possa ainda restar incomensurável. Questionando por que a visão da diversidade pode destituir o *Outro* da espessura da sua diferença, a autora firma alguns desafios e pontos de apoio para interrogar os nossos saberes e fazeres científico-sociais, profissionais e institucionais. Procurando também interpelar a construção do conhecimento e a sua inscrição no contexto das práticas, Domingos Fernandes sublinha a centralidade da investigação para uma teoria da avaliação formativa orientadora das práticas e percorre contextos, actores e processos envolvidos em realidades educativas cuja elucidação requer ainda atenção e estudos persistentes.

A formação de professores é uma preocupação transversal aos artigos assinados por Álvaro Leitão & Isabel Alarcão e Sandra Magalhães & Celina Tenreiro-Vieira. Através de interrogações e propostas diferenciadas, com possíveis pontes para o diálogo, os autores procuram delinear modelos e percursos de formação que confrontem tensões associadas à articulação teoria-prática e superem impasses quanto ao lugar da formação na construção do pensamento crítico e reflexivo.

Os modelos de estilos de aprendizagem e um conjunto de recursos de hipermedia são mobilizados para um estudo desenvolvido por Nídia Kuri, António Silva & Márcia Pereira para discutirem metodologias de ensino em disciplinas e cursos de nível superior. A apresentação dos processos explorados e avaliados permite analisar e confrontar as opções tomadas e os resultados em presença. Também centrado na sala de aula, o texto de Luzia Bastos descreve modalidades de interacção e discute implicações de modos diversos de organização das actividades de ensino-aprendizagem, ao nível da comunicação e do desenvolvimento de competências verbais orais.

O estudo de Isabel Freire, Ana Veiga Simão & Ana Ferreira apresenta um questionário para a observação de comportamentos de violência entre pares na escola portuguesa. A análise de dados relativos a um caso estudado revela certas similitudes, mas também pistas de investigação relativas a algumas divergências encontradas face a outros estudos.

Interrogar a educação pelo prisma da ética favorece questionamentos que a diferença, de múltiplos modos, coloca no âmago da relação educativa. Carlos Maia propõe um itinerário de reflexão, ancorado no conto *Maio moço* de Miguel Torga, procurando explicitar e elucidar alternativas e opções filosóficas e pedagógicas em torno de valores e fins de desenvolvimento humano em jogo no processo educativo.

Este número da *Revista Portuguesa de Educação* que agora entregamos nas mãos dos leitores procura também, no particular labor que é o seu, interpelar o projecto societal que conhecemos como *escola para todos* e que há duas décadas uma Lei acolheu; o objecto multifacetado e a pluralidade de olhares que a seguir se oferecem tentam ser, na sua difícil construção, um testemunho deste campo científico e social no exacto tempo de 2006.